

INFORMALIDADE BRASILEIRA: O FENÔMENO TEM ROSTO FEMININO? UMA ANÁLISE PARA O PERÍODO 2012-2019

*BRAZILIAN INFORMALITY: DOES THE PHENOMENON HAVE A FEMALE FACE?
AN ANALYSIS FOR THE 2012-2019 PERIOD*

Bárbara Raquel de Oliveira¹

Marco Antonio Jorge²

RESUMO

Este artigo objetiva investigar se as mulheres são mais propensas a trabalhar no setor informal brasileiro. O estudo traz uma análise descritiva para os anos de 2012 a 2019 e finaliza com a estimação do modelo Probit, com base nos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) para 2019. Os principais resultados mostram que as mulheres apresentam maior probabilidade de não ter carteira de trabalho assinada e não ser contribuinte da previdência. Ainda que semelhante a proporção total dos informais de ambos os sexos no período observado, a participação delas supera a dos homens em categorias associadas a menores salários e condições de trabalho mais precárias.

Palavras-chave: Informalidade, Mulheres, Probit, Brasil.

ABSTRACT

This article aims to investigate whether women are more likely to work in the Brazilian informal sector. The study provides a descriptive analysis for the years 2012 to 2019 and ends with the estimation of the Probit model, based on microdata from the Continuous National Household Sample Survey (PNADC) for 2019. The main results show that women are more likely of not having a formal contract and not being a social security contributor. Although similar the total proportion of informal workers of both sexes in the observed period, their participation exceeds that of men in categories associated with lower wages and more precarious working conditions.

Keywords: Informality, Women, Probit, Brazil.

Classificação JEL: J46, C25.

ÁREA TEMÁTICA: 12. Mercado de Trabalho.

¹ Mestra em Economia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Analista de Risco Operacional do Grupo Cencosud. E-mail: barbara.ufs@hotmail.com.

² Doutor em Economia de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP). Professor Associado do Departamento de Economia da Universidade Federal de Sergipe (UFS). E-mail: mjorge@ufs.br.

INTRODUÇÃO

O mercado de trabalho passa por transformações consequentes das reestruturações econômica, institucional, produtiva e tecnológica no contexto mundial. A economia brasileira tem sido marcada pela queda expressiva do número de ocupações formais – principalmente a partir de 2015 – e pelo aumento do número de trabalhadores informais. Estes comportamentos têm sido relacionados em parte à crise econômica e política vivenciada no país a partir de 2014/2015 e à reforma trabalhista de 2017, que flexibilizou as leis trabalhistas, possibilitando novas formas de contratação com menos garantias ao trabalhador (IBGE, 2020a).

Segundo Küchemann (2000), entre as questões que acompanharam as primeiras discussões sobre a informalidade estão a sua falta de definição – o que se relaciona diretamente com seu conceito não consensual e que tem mudado com as novas tecnologias, reforçando a necessidade de discuti-lo – e a ausência de estudos que abordassem as questões de gênero, aqui voltada à participação da mulher no setor informal. Assim, torna-se pertinente ainda analisá-lo inserindo o recorte por gênero.

Desse modo, o objetivo deste artigo é investigar o comportamento do mercado de trabalho informal brasileiro para identificar se as mulheres se enquadram na parcela mais atingida por este setor. A hipótese assumida é de que a segmentação do mercado de trabalho explica, em boa medida, a informalidade e as mulheres possuem maiores chances de estarem ali inseridas, isto é, o sexo é uma variável que influencia nas diferenças de probabilidade de participação nas ocupações informais.

A relevância da análise está em não somente discutir as bases e condições em que se alicerça o mercado de trabalho informal, mas sobretudo identificar se a segmentação e disparidades observadas no setor formal são reproduzidas no setor informal. Ademais é possível identificar se as reações do setor informal, mediante às mudanças no cenário econômico, atingem mais fortemente as mulheres.

Para alcançar o objetivo será realizada uma revisão de literatura, bem como uma análise de algumas das correntes teóricas da informalidade, acompanhada de uma análise descritiva dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) para os anos de 2012 a 2019, objetivando localizar o comportamento do mercado de trabalho informal no cenário econômico geral e o levantamento dos perfis dos trabalhadores informais no período analisado.

A escolha do período se justifica por abranger anos que precederam o agravamento da crise político-econômica a partir de 2014 até 2019, excluindo o biênio 2020-2021 devido à excepcionalidade provocada pela pandemia do SARS-COV-2. Para o estudo, foram considerados como trabalhadores informais os empregados sem carteira de trabalho assinada, trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada, trabalhadores por conta própria não contribuintes da previdência social, empregadores não contribuintes da previdência social e trabalhadores familiares auxiliares.

Foi também estimado um modelo Probit, utilizando os microdados da PNADC para o ano de 2019, no software STATA 17.0. A variável dependente é o tipo de ocupação (se informal ou não) e as variáveis explicativas englobam: sexo, estado civil, se chefe de domicílio, idade, nível de instrução, renda do trabalho principal, área de domicílio, grupos de atividades e cor ou raça.

O trabalho se concentra em quatro seções além desta introdução e das considerações finais. A primeira visa sumarizar algumas das principais contribuições teóricas do aparecimento da economia informal, focando na teoria da segmentação do mercado de trabalho. A seção seguinte apresentará a informalidade como uma estratégia de sobrevivência, identificando como este aspecto se mostra mais perceptível entre as mulheres. Já a terceira seção descreve os procedimentos metodológicos e a base de dados utilizados no trabalho, enquanto a próxima reúne os resultados da análise descritiva, bem como os resultados da aplicação do modelo Probit.

Os principais resultados mostram que, no campo das probabilidades, as mulheres apresentam maiores chances de estarem inseridas na informalidade, e ainda que, mesmo tendo sido semelhante a proporção dos informais de ambos os sexos no período observado, a participação delas supera a dos homens em categorias associadas a menores salários e condições de trabalho mais precárias em relação à posição na ocupação informal: trabalhadores domésticos e auxiliares de família.

1. SOBRE INFORMALIDADE

O marco inicial da discussão acerca da informalidade é o trabalho de Hart (1971) que, no âmbito da antropologia, aborda a “economia informal” como aquela pela qual a camada mais pobre da população do país denominada “urban sub-proletariat” alcançava seus rendimentos através da execução de atividades econômicas não formais, isto é, sem regulação, apresentadas como um subconjunto da economia (PERES, 2015).

O trabalho publicado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), denominado *Employment, Incomes and Equality in Kenya* (OIT, 1972) teve um papel importante ao demonstrar o quão significativo era o setor informal em termos de ocupações e de oportunidades de rendimento e assim dar base para diversas abordagens sobre a caracterização e o dimensionamento do setor informal (NOGUEIRA, 2016).

A este termo atribuem-se pequenas atividades urbanas, capazes de gerar rendas, desenvolvendo-se fora do âmbito legal, com pouco capital, técnicas simples, mão-de-obra pouco qualificada, produzindo emprego instável com baixa produtividade e consequentemente baixa renda.

Entre as teorias que se destacam no estudo ao fenômeno da informalidade podemos destacar os modelos teóricos de economia dual que se estabeleceram na década de 1970 voltando-se a analisar principalmente como o desenvolvimento econômico chegaria aos países subdesenvolvidos. Ramos (2007) destaca que este dualismo é a convivência de um setor moderno característico como urbano ou industrial e um setor tradicional, tido como arcaico ou rural.

Por outro lado, em 1950, a CEPAL elaborou um padrão de interpretação mais pessimista do processo de desenvolvimento, onde a heterogeneidade estrutural se perpetuaria e não surgiriam sociedades homogêneas, como no caso dos países centrais. Essa concepção partia da hipótese da heterogeneidade estrutural da América Latina, que proporcionaria o entendimento do desenvolvimento desigual do mercado de trabalho (RAMOS, 2007).

As discussões têm demonstrado que o conceito de informalidade possui um caráter ambíguo e diversos caminhos de análises. Autores como Sanches (2008) consideram como insuficientes alguns estudos mais recentes quanto à procura por definições e origens do fenômeno, visto que grande parte deles se atém a relacionar a informalidade à existência ou não da carteira de trabalho assinada. Ressalta-se, no entanto, que as controvérsias em torno da economia informal não se limitam apenas à procura pela definição de seu conceito, mas também em suas matrizes teóricas.

No Brasil o tema ganha maior proporção a partir da segunda metade da década de 1970 mediante a busca pela delimitação da estrutura do mercado de trabalho. Com destaque nesta fase contemporânea, na década de 80 os estudos buscaram mensurar os efeitos das transformações estruturais do mercado de trabalho e seu impacto social. Segundo Cacciamali (2000), o conceito de “setor informal” se tornou limitado para explicar a experiência dos países latino-americanos, propondo então um novo formato onde o processo de informalidade se manifestaria em grande parte dos países através de mudanças institucionais ocorridas diante de uma reestruturação econômica e da reorganização do trabalho assalariado, modificação das bases do emprego, gerando maior número de empregos sem registro ou sem direito à proteção social.

De fato, o termo informalidade requereu reelaborações conceituais que conseguissem englobar os “novos tempos” (PERES, 2015) e, neste sentido, a OIT (Organização Internacional do Trabalho) desempenha um papel importante.

Segundo Barbosa (2009), a ideia trazida pela OIT aponta para a relação entre informalidade e ilegalidade e por obter esse teor, os estudos e classificações da Organização Internacional do Trabalho permitem precisão empírica, embora pudessem ter maior risco de aumentar o seu grau de “inespecificidade” ao agregar na definição de economia informal todas as formas de trabalho remunerado que não estão plenamente reguladas pela legislação social e trabalhista, assim como o trabalho não remunerado em atividades que gerem renda.

Estes aspectos mostram que tratar a definição de informalidade, embora com grande esforço teórico, não é, de forma alguma, consensual no Brasil e no mundo. No entanto, apesar das diversas pontuações, é possível evidenciar um ponto em comum entre as discussões: a informalidade abrange trabalhadores cujas condições são tendencialmente mais precárias visto que engloba atividades que não condizem com as normas legais ou estão desvinculadas à seguridade social, problemas pertinentes de um setor atrasado – o que não significa afirmar que as más condições trabalhistas são limitadas à informalidade, mas em perceber que neste setor tais características são mais acentuadas.

1.1. SEGMENTAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO: INFORMALIDADE EM BUSCA DE UMA TEORIA

Embora existam várias possibilidades de interpretação a respeito das diferentes formas e motivações de inserção no mercado de trabalho informal e diferenciais de salários entre os trabalhadores, a teoria da segmentação do mercado de trabalho apresenta grande relevância.

A segmentação alicerça-se sobre uma hipótese central de que há retornos distintos ao capital humano, isto é, mecanismos de determinação dos salários que se diferenciam segundo o segmento do mercado de trabalho e de que há racionamento dos postos de trabalho no setor formal, além de barreiras à mobilidade entre os dois setores.

Ramos (2007) afirma que a teoria da segmentação ganha respaldo com a lacuna deixada pelas teorias desenvolvimentistas, principalmente a partir da década de 1990. Em sua percepção, o conceito de segmentação ganha destaque com a discussão heterodoxa americana para incluir no debate fenômenos como pobreza e discriminação.

Taubman e Wachter (1986) evidenciam a segmentação de mercado de trabalho quando há diferenciais de rendimento não justificadas por diferenças na habilidade dos trabalhadores. Entre as causas observadas pelos autores estão aspectos relacionados às características dos indivíduos, sua localização geográfica e a organização do mercado de trabalho como a existência de sindicatos, regulamentação do governo e restrições à imigração.

Isto vai de encontro à taxonomia do mercado de trabalho trazida por Jorge (2011). Considerando os atributos do posto de trabalho e das empresas que nele atuam, caracteriza-se

como mercado primário aquele que além de possuir salários elevados, apresenta melhores condições de trabalho, estabilidade de emprego, grandes empresas, alta atuação sindical, avanço tecnológico, maior probabilidade de promoção da mão de obra e demanda estável de seus produtos e serviços, enquanto o mercado secundário possui baixos salários, piores condições de trabalho, rotatividade do emprego, pequenas empresas, baixa participação dos sindicatos, baixa tecnologia, menor probabilidade de promoção da mão de obra e demanda instável pelos produtos e serviços.

Neffa (2008) acrescenta que entre as consequências da segmentação está o surgimento de novas formas de emprego que se revelam por meio de subcontratação, emprego temporário e trabalho em casa, pelos quais as empresas podem dividir ou dispersar trabalhadores e flexibilizar o contrato de trabalho. Entre suas características estão a ausência de garantias e estabilidade, que marcam, sobretudo, o mercado externo e o setor secundário

Segundo Ulyssea (2006) não há consenso na literatura sobre os determinantes dos diferenciais de salários entre setor informal e formal e tão pouco sobre a existência de segmentação entre ambos, no entanto, o mesmo enfatiza que no mercado informal o nível de educação dos trabalhadores é menor e a rotatividade mais elevada, apontando que a teoria pode ser aplicada na hipótese de que o setor formal é de melhor qualidade, isto é, com maiores salários e maior estabilidade, sendo, segundo Ramos (2007), objetivo dos indivíduos inserirem-se neste mercado.

Neste sentido, Cirino e Dalberto (2018) atestam que os trabalhadores formais possuem vantagens de rendimentos sobre os informais, considerando indivíduos com a mesma dotação de atributos. Assim, a relação entre as disparidades de salários e a existência de segmentação se alicerça na suposição de que os empregos formais são escassos ou que existem barreiras à entrada neste setor, a saber, a existência de sindicatos, segregação racial e discriminação.

A descontinuidade observada entre os mercados de trabalho faz referência à estrutura de um mercado dual, onde um deles é mais favorecido ou desenvolvido que o outro e assim os trabalhadores do mercado mais favorecido possuem retornos maiores à sua produtividade em relação àqueles situados no mercado menos desenvolvido.

Estabelecida a definição do mercado de trabalho segmentado, é razoável afirmar, principalmente a partir de Neffa (2008), que o trabalho informal se concentra mais fortemente no mercado secundário (isto é, é mais marcado pelas características deste setor), apontando para a evidência de que há alguma segmentação entre tal setor e o mercado primário, mais abrangido pelo mercado de trabalho formal.

2. A INFORMALIDADE COMO ESTRATÉGIA DE SOBREVIVÊNCIA PARA AS MULHERES.

A informalidade é uma evidência histórica do mercado de trabalho brasileiro e permanece marcando a situação de grande número de trabalhadores. O seu contexto pode ser visto como de heterogeneidade, não restrita nas formas de trabalho e nos rendimentos, mas também nas razões que explicam o porquê da inserção de indivíduos nesse mercado.

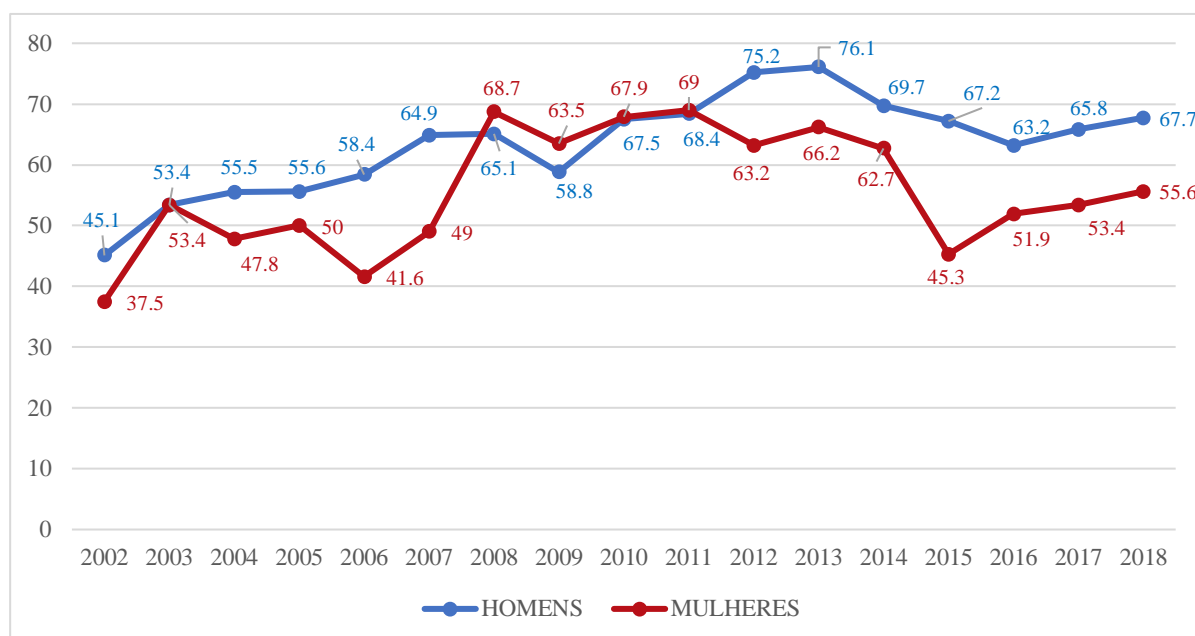
Alguns autores como Vascellos (1994) apontam que a ida dos trabalhadores para a informalidade pode ser fruto de uma escolha racional, onde os mesmos calculam as vantagens como maiores salários em relação ao do mercado formal, flexibilidade da jornada, acesso contínuo a parcela dos rendimentos, inexistência de chefia e possibilidade de ascensão social, que aconteceria mediante a saída voluntária do mercado formal, assim como uma opção de vida para aqueles trabalhadores que objetivam a abertura de um negócio próprio. No entanto, em 2019, segundo o relatório do GEM (Global Entrepreneurship Monitor), quando questionados sobre suas motivações para iniciar um novo empreendimento, 88,4% apontaram

a opção “para ganhar a vida porque os empregos são escassos”, ou seja, para a maioria dos brasileiros a saída do setor formal não era por oportunidade, mas por necessidade.

O gráfico 1, elaborado com base na série histórica da GEM (2018), mostra que a proporção de empreendedores iniciais por oportunidade no grupo masculino supera a encontrada no feminino na maioria dos anos. É de destaque que entre 2002 e 2008 a faixa de mulheres criadoras de um negócio por oportunidade cresceu de 37,5% para 68,7% superando o observado pelos homens até 2009, comportamento observado numa fase de tendência mais ampla da economia, isto é, de melhora neste indicador. Porém, posteriormente, esta proporção se estabilizou e depois entrou em queda, atingindo em 2015 a faixa de 45,3%.

O GEM (2018) avalia que o enfraquecimento do empreendedorismo feminino por oportunidade pode ser explicado pela desaceleração da economia e a entrada de mais mulheres no mercado de trabalho para complementar a renda familiar naquele momento de crise. Em 2016, a proporção de mulheres que criaram um negócio por oportunidade voltou a subir, para 51,9%, em 2017 chegou a 53,4%, alcançando 55,6% no ano de 2018.

Gráfico 1 - Evolução da distribuição percentual da motivação dos empreendedores por oportunidade (em estágio inicial) segundo o gênero - Brasil – 2002 a 2018



Fonte: GEM, 2018

Tais cifras sugerem que as mulheres são mais sensíveis às transformações econômicas e sociais e que a informalidade pode se apresentar como uma estratégia de sobrevivência principalmente para elas. Segundo Küchemann (2000), isto se daria porque grande parte das trabalhadoras do setor urbano informal não representa a principal fonte de sustento das famílias e, sim, uma provedora secundária, que produz uma renda complementar à do chefe de família. Somente um pequeno contingente delas consegue ali um emprego com segurança e rendimentos suficientes para sustento seu e de suas famílias.

Segundo a autora, a grande participação de mulheres no setor informal da economia brasileira não representa necessariamente que suas chances de crescimento profissional sejam maiores que no setor formal, isto se dá mediante à limitação do mercado formal e porque apenas um reduzido número de mulheres consegue inserir-se na informalidade para montar, por exemplo, uma pequena empresa lucrativa.

Ademais, a pouca credibilidade é outra característica inerente às trabalhadoras informais, já que a maioria delas não possui bens registrados em seus nomes, o que dificulta a obtenção de financiamento. A restrição a atividades que requerem pouca instrução, pouco conhecimento profissional, pouco capital e poucas garantias circunscreve o trabalho informal feminino a mercados reduzidos, de baixa produtividade e baixo rendimento (a maioria das trabalhadoras trabalha sozinha ou com poucos empregados), confrontando-o com restrições de ordem financeira, cultural e/ou jurídica.

Outro aspecto é a dupla ou tripla jornada de trabalho da mulher pela qual a maioria das mulheres adultas precisa conciliar seu trabalho produtivo com o papel materno e as atividades domésticas. Desta forma, o trabalho informal se estabelece como um caminho de conciliação destes papéis exercidos por elas. Há ainda aquelas que exercem uma tripla jornada considerando o trabalho comunitário, como atividades de eventos e serviços sociais (KÜCHEMANN, 2000).

Segundo Cordeiro (2011) a tarefa de conciliar a vida profissional com as responsabilidades familiares e domésticas pode limitar a disponibilidade das mulheres no mercado de trabalho, mas não impede sua atuação. No entanto, aspectos como o preço-sombra referente ao custo de entrada no mercado de trabalho, questões acerca de quem cuidará dos filhos, custos de deslocamento e acessibilidade (mobilidade urbana) acabam influenciando na decisão da mulher de inserir-se no mercado informal.

De acordo com Kon (2004), as características sociais do trabalhador como gênero, raça, escolaridade, idade, experiência, entre outras, são utilizadas para estabelecer o preenchimento de postos de trabalho no mercado primário ou secundário. Desta forma, as características históricas do trabalhador podem se apresentar como um impasse para a mudança nas condições de trabalho e rendimento, em decorrência da perpetuação de hábitos ou devido ao preconceito. Segundo a autora, a condição feminina apresenta os maiores índices de segmentação e informalidade desvantajosas.

Torna-se necessário – uma vez exposto que a informalidade configura-se mais como um caminho de sobrevivência e não de oportunidades para a mão-de-obra feminina – identificar se os dados recentes corroboram esta afirmação e como a dinâmica econômica pode influenciar neste sentido.

3. ESTRATÉGIA EMPIRICA

O modelo econométrico proposto na análise é o Probit, modelo de estimação utilizado com o intuito de explicar o comportamento de variáveis dependentes do tipo binária. Neste modelo a variável dependente pode assumir dois valores: 1 (um) se o trabalhador possui emprego informal e 0 (zero) se o trabalhador possui emprego formal.

O modelo será utilizado para identificar no campo das probabilidades como as variáveis escolhidas influenciam na inserção e participação no mercado de trabalho informal.

Conforme detalha Gujarati (2011), para explicar o comportamento de variáveis dependentes dicotômicas, ou seja, variáveis qualitativas nas quais só há uma resposta do tipo sim ou não, pode ser utilizada uma função de distribuição acumulada normal, onde a variável “X” segue uma distribuição normal.

O aspecto que permeia este modelo de probabilidade, então, é a da não linearidade na relação entre P_i e X_i , ou seja, $P_i = E(Y=1/X)$ aproxima-se de zero a taxas cada vez menores à medida em que X_i fica menor e aproxima-se de 1 a taxas cada vez maiores à medida em que X_i aumenta bastante.

O modelo pode ser derivado de um modelo de variável latente subjacente (I_i), isto é, depende de um índice de utilidade, variável não observada, explicada por fatores e características individuais (X_{ki}) que são definidas para cada indivíduo i .

Assume-se desta forma:

$$I_i = \beta_1 + \beta_2 X_{2i} + \dots + \beta_k X_{ki} \quad (1)$$

A variável I_i determinará, em conjunto com o valor de y , a ocorrência ou não do evento. Neste trabalho, pretende-se analisar as variáveis e de que forma estas afetam a probabilidade de qualquer indivíduo ser informal, averiguando se as mulheres têm maiores chances de possuírem um emprego neste setor.

Considerando a existência de limite denominado I_i^* (valor crítico) que mantenha as probabilidades no intervalo $[0, 1]$, se I_i for maior que I_i^* , tem-se que o trabalho é informal, ocorrendo o contrário, o trabalho é formal.

Com a hipótese de normalidade, a probabilidade de $I_i^* \leq I_i$ (valor latente ser maior ou igual ao valor crítico) pode ser descrita numa função de probabilidade acumulada normal padronizada da seguinte forma:

$$P_i = P(Y=1/X) = P(I_i^* \leq I_i) = P(Z_i \leq \beta_1 + \beta_2 X_i) = F(\beta_1 + \beta_2 X_i) \quad (2)$$

Pelo qual $P(Y=1/X)$ é a probabilidade condicional de o emprego ser informal dadas as variáveis explicativas X_i e Z_i . Seguindo a distribuição normal, característica do modelo Probit, $Z \sim N(0, \sigma^2)$. F é a função de probabilidade acumulada normal padrão.

Os efeitos marginais dos regressores serão mensurados de forma que para cada variável explicativa seja possível analisar a mudança marginal sobre a probabilidade de ser informal. Como se segue:

$$\frac{\partial \text{Prob}(y=1)}{\partial x} = f(Z_i) \cdot \beta e^{\frac{\partial \text{Prob}(y=0)}{\partial x}} = -f(Z_i) \cdot \beta \quad (3)$$

Onde: β mensura a mudança na probabilidade de sucesso quando X_i muda, permanecendo fixos os outros fatores, assim, a $\text{Prob}(y=1)$ cresce se o coeficiente da variável for positivo, e diminui se for negativo, inversamente para $\text{Prob}(y=0)$.

3.1. BASE DE DADOS E DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS

A fonte e dados da análise descritiva é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) anual para os anos de 2012 a 2019 para o Brasil, considerando como informais: empregado sem carteira de trabalho assinada, trabalhador doméstico sem carteira assinada, trabalhador por conta própria não contribuinte da previdência social, empregador não contribuinte da previdência social e trabalhador familiar auxiliar. A escolha do período se justifica por abranger anos que precederam o agravamento da crise político-econômica a partir de 2014 até 2019, excluindo o biênio 2020-2021 devido à excepcionalidade provocada pela pandemia do SARS-COV-2.

Já para executar o Probit foram utilizados os microdados da PNADC para o ano de 2019, sendo o modelo estimado no Stata 17.0, software de pacote estatístico.

As variáveis utilizadas no Probit são apresentadas e descritas no Quadro 1, a seguir, onde em resumo: a variável dependente será o tipo de ocupação (se informal ou não) e as variáveis explicativas englobam: sexo, estado civil, se chefe de domicílio, idade, nível de instrução, renda do trabalho principal, área de domicílio, grupos de atividades e cor ou raça.

Quadro 1 – Descrição das Variáveis do modelo

Variáveis Explicativas	Nomenclatura no modelo		Descrição
Sexo	<i>sexo</i>	Variável binária que indica o gênero do indivíduo	0 Se Homem; 1 Se Mulher
Estado Civil	<i>est_civil</i>	Variável binária que indica o estado civil do indivíduo	0 Se solteiro; 1 Se casado
Chefe de Família	<i>chefe_fam</i>	Variável binária que indica a condição domiciliar do indivíduo	0 Se não é chefe de família; 1 Se chefe de família
Idade	<i>idade</i>	Variável não binária que indica a idade (em anos) do indivíduo na data de referência	Assume valores de 0 a 130
Nível de Instrução	<i>instrução</i>	Variável multinomial que indica o grau de instrução do indivíduo	0 Se sem instrução e menos de 1 ano de estudo 1 Se possui nível fundamental incompleto ou equivalente 2 Se possui nível fundamental completo ou equivalente 3 Se possui nível médio incompleto ou equivalente 4 Se possui nível médio completo ou equivalente 5 Se possui nível superior incompleto ou equivalente 6 Se possui nível superior completo
Renda	<i>renda</i>	Variável que indica a renda mensal efetiva do trabalho principal do indivíduo	em R\$
Área do domicílio	<i>area</i>	Variável binária que indica a área do domicílio do indivíduo	0 Se residente em zona rural; 1 Se residente em área urbana
Grupos de atividades econômicas	<i>setor</i>	Variável multinomial que indica o grupo de atividades econômicas em que o indivíduo era ocupado	0 Se trabalha no setor de Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura 1 Se trabalha no setor de Indústria geral 2 Se trabalha no setor Construção 3 Se trabalha no setor de Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas 4 Se trabalha no setor Transporte, armazenagem e correio 5 Se trabalha no setor de Alojamento e alimentação 6 Se trabalha no setor de Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas 7 Se trabalha no setor de Administração pública, defesa e seguridade social 8 Se trabalha no setor de Educação, saúde humana e serviços sociais 9 Se trabalha em Outros Serviços 10 Se trabalha no setor de Serviços domésticos 11 Se trabalha em Atividades mal definidas

Variável Dependente	Nomenclatura no modelo		Descrição
Cor ou raça	<i>cor</i>	Variável multinomial que indica a cor ou raça do indivíduo	0 Se branca 1 Se preta 2 Se Amarela ou parda 3 Se indígena
Ocupação	<i>informal</i>	Variável Binária criada através da soma dos ocupados sem carteira assinada e não contribuintes da previdência	0 Se formal; 1 Se informal

Fonte: Elaboração Própria com base nos dados do IBGE/PNAD Contínua

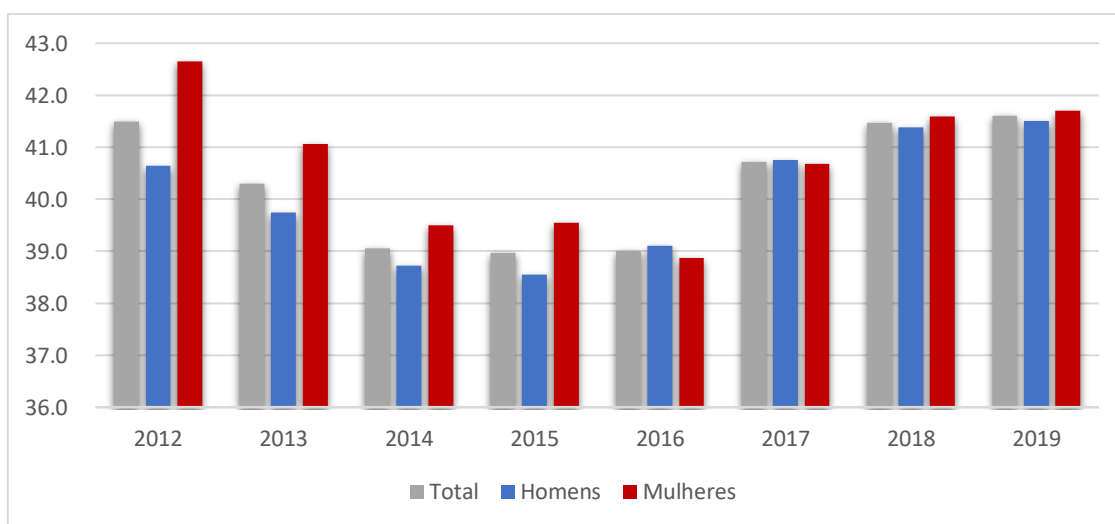
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esta seção apresenta uma análise descritiva da informalidade, buscando relacioná-la aos efeitos da dinâmica econômica atual, e aborda os resultados da estimação do modelo Probit.

4.1. ANÁLISE DESCRITIVA DAS VARIÁVEIS

Analisando especificamente a população ocupada informal, o Gráfico 2 mostra que entre 2012 e 2015 houve queda no número de ocupados informais de ambos os sexos, no entanto, a partir de 2016 este volta a crescer ininterruptamente. Nota-se que as mulheres detêm maior proporção de informais em relação aos homens (em 2012 a informalidade feminina era de cerca de 42,6% da população ocupada feminina total), com exceção de 2016 e 2017. Em 2019 a proporção dos informais de ambos os sexos era semelhante: a diferença entre eles era de apenas 0,2 p.p.

Gráfico 2: Proporção de Trabalhadores informais por sexo - Brasil



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – 2012 a 2019

Olhando para o perfil destes trabalhadores informais brasileiros, um fator se destaca: os níveis de instrução. Conforme vimos anteriormente, Küchemann (2000) relata que os baixos níveis de escolaridade e pouca preparação profissional, fator que diminui seu potencial de ação e as concentra em atividades reduzidas, é uma característica que marca a mão-de-obra informal feminina. A informalidade atingiu 66,7% das mulheres sem instrução ou com ensino fundamental e 55,4% daquelas que tinham o ensino fundamental completo ou médio incompleto em 2019. De fato, comprova-se que o perfil da trabalhadora informal é de menor instrução e atinge mais fortemente estas duas categorias em específico.

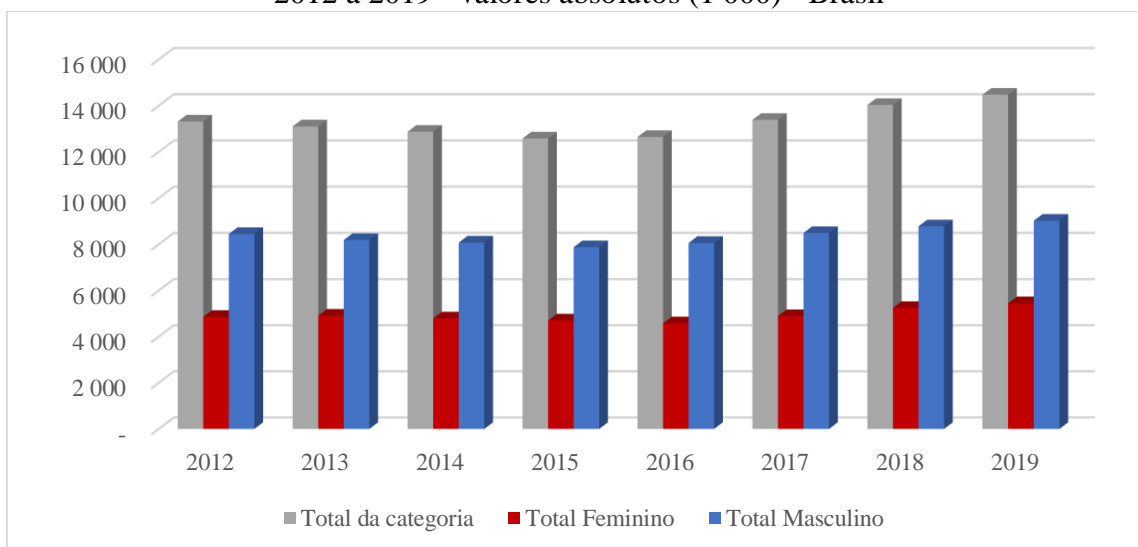
Analisando o perfil dos homens informais, os dados mostram uma diferença em relação ao perfil feminino: a informalidade só atinge a maioria dos homens sem instrução ou com ensino fundamental incompleto (60,2% em 2012); a partir da categoria de trabalhadores com ensino fundamental completo ou médio incompleto, eles já são maioria entre os formais, enquanto as mulheres só ganham representatividade neste setor com ensino médio completo a superior completo, comportamento observado em todos os anos da análise.

No sentido de aprofundar a análise, torna-se necessário olhar para cada categoria que compõe os informais brasileiros. Comparando entre os sexos, identifica-se que entre os

empregados sem carteira de trabalho assinada há um crescimento do número total a partir de 2016. O aumento da ocupação sem carteira de trabalho assinada pode estar relacionado à redução dos postos formais no período de crise econômica e política que atinge o Brasil mais fortemente a partir de 2015.

Num comparativo entre homens e mulheres, em termos absolutos, o Gráfico 3 mostra que do total de 14,482 milhões neste tipo de ocupação em 2019, cerca de 9 milhões eram homens e 5,455 milhões eram mulheres.

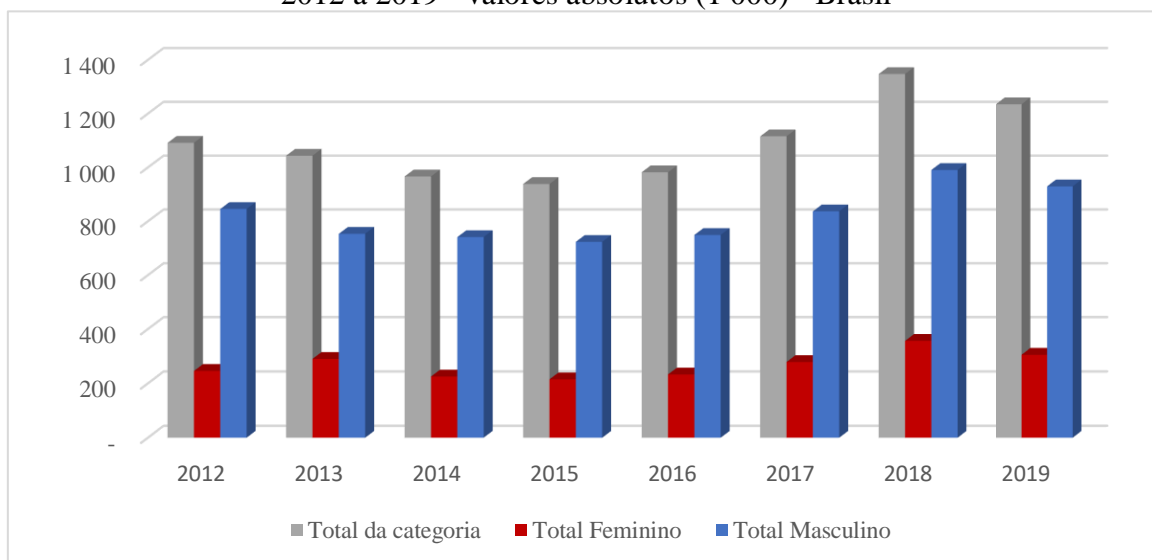
Gráfico 3: Empregados Sem Carteira, por sexo, por posição na ocupação informal – 2012 a 2019 - valores absolutos (1 000) - Brasil



Fonte: PNAD Contínua

Olhando para a categoria de empregadores não contribuintes, aqueles que trabalhavam explorando o seu próprio empreendimento, com pelo menos um empregado, observa-se que o pico da categoria foi em 2018 e a maior proporção é também de homens: em 2019, mais de 75% dos empregadores informais eram homens.

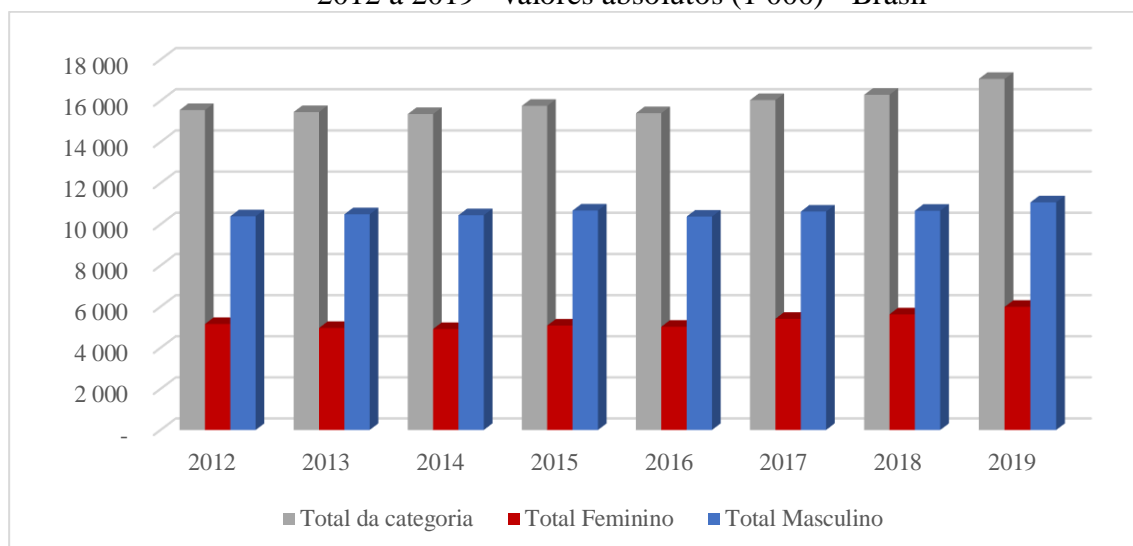
Gráfico 4: Empregador não contribuinte, por sexo, por posição na ocupação informal – 2012 a 2019 - valores absolutos (1 000) - Brasil



Fonte: PNAD Contínua

Os trabalhadores por conta própria são definidos pelo IBGE como as pessoas que exploram “o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador familiar auxiliar”, englobando desde o camelô ao profissional liberal altamente qualificado que realiza consultorias para grandes empresas.

Gráfico 5: Conta própria não contribuinte, por sexo, por posição na ocupação informal – 2012 a 2019 - valores absolutos (1 000) - Brasil



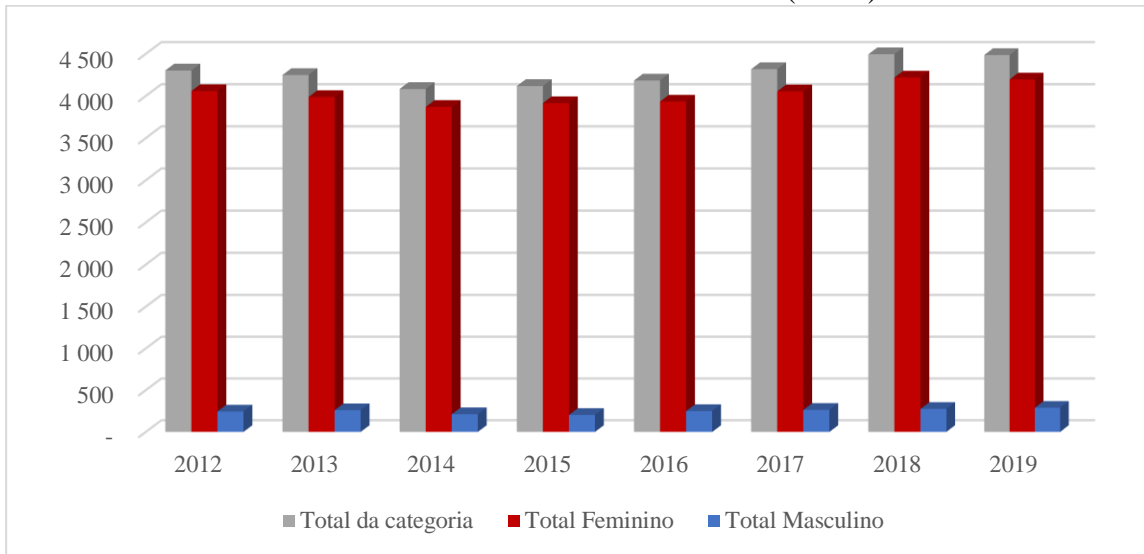
Fonte: PNAD Contínua

Entre estes trabalhadores o comportamento se repete: os homens englobam maioria absoluta da categoria. Conforme o Gráfico 5, do total de 17,060 milhões em 2019, cerca de 11 milhões eram homens e apenas cerca de 6 milhões eram mulheres.

Grande parte das trabalhadoras do setor urbano informal não consegue ir para a informalidade para abrir um negócio/empreendimento ou para obter maiores ganhos; sua renda não representa a principal fonte de sustento das famílias, conforme mostrado nos gráficos 6 e 7 que abordam os trabalhadores domésticos sem carteira e os trabalhadores auxiliares domésticos, respectivamente, as duas categorias de ocupações informais mais ocupadas por mulheres.

É destaque que o número total de trabalhadores domésticos informais tem crescido desde 2014. Dos quase 4,5 milhões de trabalhadores deste tipo em 2019, cerca de 4,2 milhões eram mulheres.

Gráfico 6: Trabalhador Doméstico sem carteira, por sexo, por posição na ocupação informal – 2015 e 2019 - valores absolutos (1 000) – Brasil

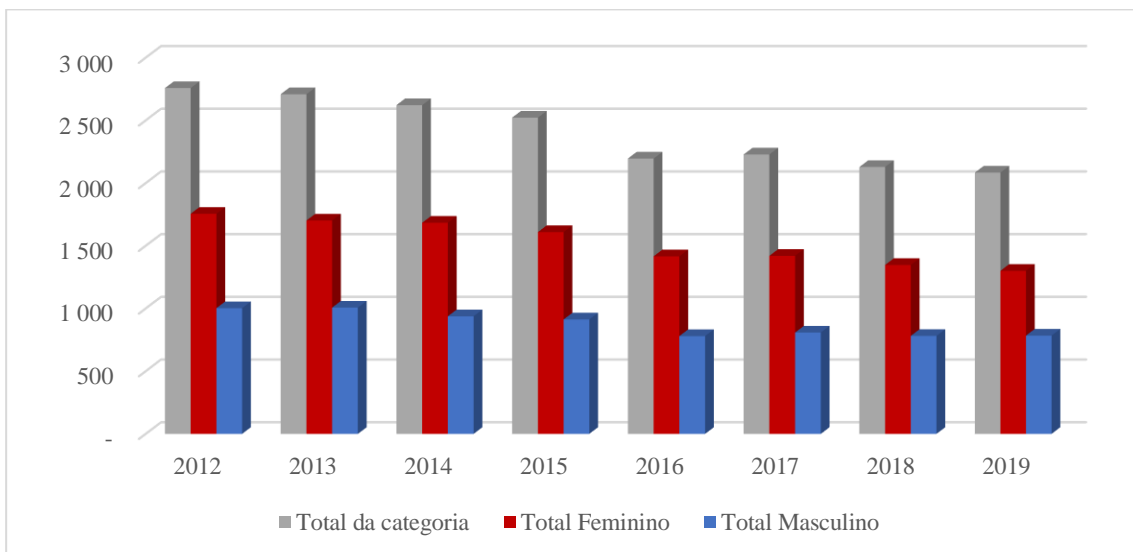


Fonte: PNAD Contínua

Os dados da PNAD Contínua mostram ainda que, com o acirramento da crise a partir de 2015, o número de pessoas que trabalhavam auxiliando familiares sem receber remuneração vem caindo. Entre estes, citam-se as pessoas que normalmente apoiam outros familiares em seu negócio, uma filha que acompanha a mãe empregada doméstica em seu trabalho ou um jovem que ajuda um irmão como servente. Esta queda geral pode ser explicada pela busca por trabalho remunerado como uma necessidade de complementação familiar mediante a crise.

O número de trabalhadores desta categoria é maior entre as mulheres, 1,3 milhões de mulheres para 784 mil homens em 2019, conforme observa-se no gráfico a seguir:

Gráfico 2: Trabalhador Auxiliar Familiar, por sexo, por posição na ocupação informal – 2015 e 2019 - valores absolutos (1 000) – Brasil



Fonte: PNAD Contínua

4.2. RESULTADOS DO MODELO ECONOMETRICO

Os resultados obtidos na execução do Probit podem ser observados na Tabela 1 a seguir, onde a variável dependente contemplou como informais os trabalhadores sem carteira de trabalho assinada e os trabalhadores não contribuintes da previdência. Podemos interpretar com o Pseudo R2 que 16,74% da variação da ocupação informal pode ser explicado pelas variáveis independentes do modelo.

Tabela 1 – Resultados do Modelo Probit

informal	Coefficiente	Erro Padrão	Z	P> z	[95% intervalo de confiança]	
sexo	0,0270195	0,0085004	3,18	0,001	0,0103591	0,043799
area	0,0507239	0,0086349	5,87	0,000	0,0337997	0,067648
est_civil	-0,2297308	0,0101113	-22,72	0,000	-0,2495486	-0,2099129
chefe_fam	-0,1306226	0,0094714	-13,79	0,000	-0,1491862	-0,1120589
idade	-0,0159552	0,0003143	-50,76	0,000	-0,0165713	-0,0153392
cor	0,0420417	0,0037748	11,14	0,000	0,0346433	0,0494401
instrucao	-0,23007	0,0022355	-102,92	0,000	-0,2344514	-0,2256886
setor	-0,0494337	0,0012215	-40,47	0,000	-0,0518278	-0,0170397
renda	-0,0001305	2,26E-06	-57,81	0,000	-0,000135	-0,0001261
_cons	2,593789	0,0164393	157,78	0,000	2,561569	2,62601
Log Probabilidades = -83644,363			Prob> chi2 = 0,0000			
LR chi2(9) = 33633,04			Pseudo R2 = 0,1674			

Fonte: Elaboração própria com base nos resultados do Probit

Para poder interpretar os coeficientes da saída da regressão probit, precisamos interpretar os efeitos marginais dos regressores, isto é quanto a probabilidade (condicional) da variável de resultado muda quando se altera o valor de um regressor, mantendo constantes todos os demais regressores.

Quando olhamos para a Tabela 2, é possível observar que a magnitude de quase todos os coeficientes se reduz, mas a significância estatística e os sinais se mantêm os mesmos em comparação à tabela anterior.

Tabela 2 – Efeitos Marginais

	Método Delta					
	dy/dx	Erro Padrão	z	P> z	[95% intervalo de confiança]	
sexo	0,0064717	0,0020357	3,18	0,001	0,0024818	0,0104616
area	0,0121494	0,002068	5,87	0,000	0,0080962	0,0162026
est_civil	-0,0550253	0,0024141	-22,79	0,000	-0,0597569	-0,0502937
chefe_fam	-0,0312868	0,0022657	-13,81	0,000	-0,0357276	-0,026846
idade	-0,0038216	0,000074	-51,66	0,000	-0,0039666	-0,0036766
cor	0,0100699	0,0009032	11,15	0,000	0,0082996	0,0118401
instrucao	-0,0551065	0,0004994	-110,34	0,000	-0,0560854	-0,0541277
setor	-0,0118404	0,0002904	-40,77	0,000	-0,0124096	-0,0112712
renda	-0,0000313	5,36E-07	-58,39	0,000	-0,0000323	-0,0000302

Fonte: Elaboração própria com base nos resultados dos efeitos marginais

Os resultados mostram que o efeito marginal da variável “sexo” sobre a informalidade é positivo. Tomando por valor 1 quando o sexo é feminino e 0 quando o sexo é

masculino, observamos que se o indivíduo for mulher, a probabilidade de ser informal, isto é, não ter carteira de trabalho assinada e não ser contribuinte da previdência, aumenta em 0,65% a um nível de erro de 1%.

Estes resultados apontam para o que admitiu Cordeiro (2011): a tarefa de conciliar a vida profissional com as responsabilidades familiares e domésticas pode ser limitante da disponibilidade das mulheres no mercado de trabalho formal, ainda que não impeça sua atuação. Os aspectos como o preço-sombra referente ao custo de entrada no mercado de trabalho, questões em volta de quem cuidará dos filhos, custos de deslocamento e acessibilidade (mobilidade urbana) acabam sendo fatores decisivos para a decisão de inserir-se ou não no mercado formal.

A área de domicílio do indivíduo também é positiva, demonstrando que moradores da área urbana são mais propícios à informalidade, de forma que a probabilidade de ser informal para estes aumenta em 1,21%. Segundo os dados da PNADC, em 2019, cerca de 84% da população brasileira vivia em áreas urbanas enquanto cerca de 15% viviam em áreas rurais. Sendo a área urbana mais populosa, isto pode acarretar maior probabilidade de inserir-se no mercado de trabalho informal. Relacionado a isto, fatores como a urbanização têm ampliado a ocorrência das atividades informais nas grandes cidades bem como o desemprego nestas áreas, conforme os dados da PNADC.

Outra variável que apresenta comportamento significativo é a cor ou raça, onde a probabilidade de ser informal aumenta em cerca de 1% se o indivíduo não for branco.

A instrução apresenta um sinal negativo, o que demonstra que quanto maior nível de instrução menor é a probabilidade de ser um trabalhador informal se comparado a um indivíduo analfabeto (categoria de referência do modelo). Para uma pessoa com maior nível de escolaridade, reduz cerca de 5,5% a probabilidade de estar locado em categorias de trabalho sem carteira assinada e de não ser contribuinte da previdência.

Estes resultados apontam para o analisado em Kon (2004): as características sociais do trabalhador como gênero, raça, escolaridade, idade, experiência, dentre outras, são utilizadas para estabelecer o preenchimento de postos de trabalho no mercado primário ou secundário. Desta forma, as características históricas do trabalhador podem se apresentar como um impasse para a mudança nas condições de trabalho e rendimento, em decorrência da perpetuação de hábitos ou devido ao preconceito / discriminação.

Ainda conforme os resultados obtidos, observa-se que se o indivíduo não trabalhar na agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, aqui tido como categoria de referência, a probabilidade de ser informal reduz 1,18%.

Se o indivíduo for chefe de família sua probabilidade de ser informal reduz em 3,13%. No mesmo sentido, se o trabalhador for casado, a probabilidade de estar na informalidade reduz em cerca de 5,5%. Isto pode se dar uma vez que, conforme a discussão teórica inicial, as vagas de trabalhos informais são em geral mais precárias, englobando atividades que não condizem com as normas legais ou estão desvinculadas à seguridade social, o que pode motivar um chefe de família ou casado a procurar vagas em trabalhos formais, com maior estabilidade e maiores salários, para melhor garantirem o sustento familiar, por exemplo.

Outro fator que influencia na participação do setor informal é a idade. Os resultados apontam que quanto maior a idade menor a probabilidade de ser informal. A variável possui coeficiente de cerca de 0,38%. Já a renda também apresentou resultado negativo sobre a probabilidade de ser informal, mas com o menor efeito em relação às demais variáveis.

A despeito de sua baixa magnitude isto confirma o analisado a partir de Ulysea (2006): no mercado informal além de o nível de educação dos trabalhadores ser menor há uma rotatividade mais elevada, além do mais, o setor formal é de melhor qualidade: maiores

salários e maior estabilidade e sendo assim, segundo Ramos (2007), é objetivo dos indivíduos inserirem-se neste mercado.

Além disso, Cirino e Dalberto (2018) atestam que os trabalhadores formais possuem vantagens de rendimentos sobre os informais, considerando indivíduos com a mesma dotação de atributos. O que indica que indivíduos com mesmos níveis de produtividade poderiam ser remunerados de formas diferentes a depender do setor em que estão alocados, conforme a teoria da segmentação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou investigar o comportamento recente do mercado de trabalho informal brasileiro para identificar se as mulheres se enquadram na parcela mais atingida pelo setor. Assumiu-se como hipótese que a segmentação do mercado de trabalho explica, em boa medida, a informalidade e as mulheres possuem maiores chances de estarem inseridas ali, isto é, o sexo é uma variável que influencia nas diferenças de probabilidade de participação nas ocupações informais.

Os principais resultados identificaram características da economia brasileira recente: os altos níveis de desocupação, elevadas taxas de subutilização e subocupação da força de trabalho, fatores que sugerem a limitação do mercado de trabalho formal, mediante a falta de emprego para grande parte da população no período observado, mostrando que o setor informal se apresentou como uma alternativa frente à crise econômica.

O estudo apontou ainda que as mulheres se enquadravam na parcela mais atingida pela precariedade do setor informal, visto que, mesmo tendo sido semelhante a proporção de informais de ambos os sexos em 2019, a participação delas supera a dos homens nas categorias com menores remunerações e mais marcadas pelos aspectos da precariedade: trabalhadores auxiliares de família e trabalhadores domésticos, este culturalmente associado como ocupações mais “femininas”, p.ex.

No campo das probabilidades, a estimação do modelo econométrico Probit mostrou que as mulheres apresentam maiores chances se inserir na informalidade, isto é, de não ter carteira de trabalho assinada e não ser contribuinte da previdência, acompanhado de outras variáveis como habitar na área urbana e não ser branco. O estudo comprova, deste modo, as hipóteses assumidas para análise.

O estudo também mostra que a segmentação consegue, em boa parte, explicar a informalidade, considerando que gênero, raça, escolaridade, idade, entre outras, são utilizadas para estabelecer o preenchimento de postos de trabalho no mercado primário ou secundário, sendo que o trabalho informal se concentra mais fortemente no mercado secundário.

Destaca-se que ao fugir das formas mais convencionais de pesquisas relacionadas ao tema, efetivadas de forma qualitativa através de entrevistas e do acompanhamento da experiência, este estudo contribui para suplementar as pesquisas, mas agora com um caráter explicativo e não somente descritivo com a utilização de um modelo econométrico Probit, além de contribuir para a literatura mediante o levantamento de dados recentes do mercado de trabalho brasileiro.

Acrescenta-se que por propor a articulação entre o fenômeno da informalidade e gênero, o estudo pode contribuir também na redução do *feedback* negativo entre as mulheres.

As limitações observadas no trabalho envolvem a inexistência de algumas variáveis no banco de microdados da PNAD que poderiam suplementar o modelo: quantidade de horas de trabalho doméstico, cuidado de pessoas ou realização de afazeres domésticos, que podem ser fatores que ampliem a probabilidade das mulheres serem trabalhadoras informais.

Para trabalhos futuros, torna-se importante inserir o recorte por grandes regiões brasileiras, para, limitando a extensão territorial, identificar se estes comportamentos e resultados observados ao nível brasileiro são replicados regionalmente.

REFERÊNCIAS:

BARBOSA, Alexandre F. **De “setor” para “economia informal”**: aventuras e desventuras de um conceito. São Paulo: USP, 2009. Disponível em: <http://centrodametropole.fflch.usp.br/sites/centrodametropole.fflch.usp.br/files/user_files/ev_entos/ckeditor/texto_sem_2009_barbosa.pdf>. Acesso em 06 de junho de 2021.

CACCIAMALI, Maria C. Globalização e processo de informalidade. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 9, n. 14, p. 153-174, jun, 2000.

CIRINO, Jader F., DALBERTO, Cassiano R. Informalidade e segmentação no mercado de trabalho brasileiro: evidências quantílicas sob alocação endógena. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v.28, n.2, p.417-460, 2018.

CORDEIRO, Cláudia N. M. **O perfil socioeconômico das mulheres manauaras que desenvolvem a atividade informal no entorno do UNINORTE**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR – GEM. **GEM 2018**: Análise dos resultados por gênero. Disponível em: <[https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/GO/Sebrae%20de%20A%20a%20Z/GEM%20%20An%20C3%A1lise%20por%20g%C3%AAnero%202018%20finalv1%20\(002\).pdf](https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/GO/Sebrae%20de%20A%20a%20Z/GEM%20%20An%20C3%A1lise%20por%20g%C3%AAnero%202018%20finalv1%20(002).pdf)>. Acesso em: 17 de nov. de 2021.

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR – GEM. **GEM 2019**: Análise dos resultados por gênero. Disponível em: <https://ibqp.org.br/wp-content/uploads/2021/02/Empreendedorismo-no-Brasil-GEM-2019.pdf>. Acesso em: 17 de nov. de 2021.

GUJARATI, Damodar N.; PORTER, Dawn C. **Econometria básica**. 5. ed. Porto Alegre: AMGH, 2011.

HART, Keith. Informal income opportunities and urban development in Ghana. **The Journal of Modern African Studies**, v. 2, n. 1, p. 61-89, March 1973.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de Indicadores Sociais 2019** – Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira. 2019. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf>>. Acesso em 24 de ago. de 2020.

JORGE, Marco A. **Economia do Trabalho**: Diferenciais Compensatórios de Salário e Taxas de Homicídio no Brasil. São Cristóvão/SE: Editora da Universidade Federal de Sergipe (EDUFS), 2011.

KON, Anita. **Diversidades nas Condições de Informalidade do Trabalho Brasileiro**. 2004. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/publication/4734021_Diversidades_Nas_Condicoes_De_Informalidade_Do_Trabalho_Brasileiro>. Acesso em 02 de mai. de 2021.

KON, Anita. Responsabilidade Social das Empresas como Instrumento para o Desenvolvimento: A Função da Política Pública. **Planejamento e Políticas Públicas**, v. 41, p. 45-88, 2013.

KÜCHEMANN, Berlindes A. Estratégias de sobrevivência de mulheres no setor informal urbano. In: KOHLHEPP, Gerd (coord.) **Brasil: modernização e globalização**. Madrid: Biblioteca Iberoamericana; Frankfurt a. M.:Verwuert, 2000, p. x-y.

NEFFA, Julio C. Las Teorías de La Segmentación de los Mercados de Trabajo. In NEFFA, Julio C.; EYMARD-DUVERNAY, François. **Teorias Económicas sobre El Mercado de Trabajo**: III. Análisis Institucionalistas. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2008, p. 139-206.

NOGUEIRA, Mauro O. **A problemática do dimensionamento da informalidade na economia brasileira**. Rio de Janeiro: IPEA, 2016. (Texto para Discussão n. 2221). Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6907/1/td_2221.pdf>. Acesso em 15 de abril de 2021.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT. **Employment, incomes and equality**: a strategic for increasing productive employment in Kenya. Geneva: OIT, 1972.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT. **Resolução da 15ª Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho concernente ao setor informal**. Geneva: OIT, 1993.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT. **Women and Men in the Informal Economy**: A Statistical Picture. Geneva: OIT, 2002.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (Lisboa). **A OIT e a Economia Informal**. Lisboa: Escritório da OIT em Lisboa, 2006. 40 p.

PERES, Thiago B. Informalidade: um conceito em busca de teoria. **Revista da ABET**, v. 14, n. 2, p. 270-289, julho a dezembro de 2015.

RAMOS, Carlos A. Setor informal: do excedente estrutural a escolha individual. Marcos interpretativos e alternativas de política. **Revista Econômica**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 115-137, 2007.

SANCHES, Osmar. **Os determinantes da economia informal nas principais escolas do pensamento econômico**. 2008. Disponível em: <https://www.pucsp.br/sites/default/files/download/eitt/vii_ciclo2009_artosmarsanches.pdf>. acesso em 22 de jul. de 2020

SILVA, Franciclécia S. B. **O Mercado de Trabalho no Brasil e no Nordeste em tempos de crise capitalista**: a reconfiguração das ocupações e a informalidade em relação combinada. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais->

[eixo2-transformacoesnomundodotrabalho/PDF/omercadodetrabalhonobrasilenonordeste.pdf](#)>. Acesso em 30 de jul. 2020.

SILVA, M., CHINELLI, F. "Velhas e Novas Questões sobre a Informalização no Brasil Atual". In: Luiz A. Machado da Silva (org). **Contemporaneidade e Educação**, ano II, n. 1, Rio de Janeiro: Instituto de Estudos da Cultura e Educação Continuada, 1997, p. x-y.

TAUBMAN, Paul; WACHTER, Michael. Segmented Labor Markets. In. ASHENFELTER, Orley; LAYARD, Richard (eds). **Handbook of Labor Economics**. Amsterdam: North Holland, 1986, v 2, p. 1183-1217.

ULYSSEA, Gabriel. Informalidade no mercado de trabalho brasileiro: uma resenha da literatura. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 26, n. 4, p. 596-618, 2006.

VASCONCELLOS, Eliane J. G. **Trabalhadores informais**: o sentido da sua escolha de trabalho. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1994. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/30357304.pdf>>. Acesso em 05 de junho de 2021.